SIMULADO 01 – PGM CONTAGEM

Sumário

APRESENTAÇÃO DO PROFESSOR E DO CURSO **2**

PEÇA PROCESSUAL – PGM – IGARAPÉ/MG – ANO 2014 – BANCA: FUNDEP - ADAPTADA 3
QUESTÃO 01 – PGM-UBERABA/MG - ANO: 2016 - BANCA FUNDEP – DIREITO ADMINISTRATIVO 9
QUESTÃO 02 – BANCA PRÓPRIA – PGM/RJ – 2011 – ADAPTADA – DIREITO ADMINISTRATIVO 11
QUESTÃO 03 – PGM NITERÓI – RESIDÊNCIA JURÍDICA – BANCA PRÓPRIA – 2014 DIREITO CONSTITUCIONAL - ADAOTADA 13
QUESTÃO 04 – COMPEVE – PGM MACEIÓ – 2012 – ADAPTADA – PROCESSO CIVIL 15

CONSIDERAÇÕES FINAIS **17**

APRESENTAÇÃO DO PROFESSOR E DO CURSO

Olá pessoal, tudo bem? Meu nome é Igor Maciel, sou advogado e professor.

Graduado na Universidade Federal de Pernambuco, com extensão na Universidade de Coimbra/Portugal. Especialista LLM em Direito Corporativo pelo IBMEC/RJ. Mestre em Direito e Políticas Públicas pelo UNICEUB/DF. Sou atualmente Doutorando em Direito.

Hoje iniciaremos nosso curso com foco na prova discursiva da PGM Contagem.

A ideia é que os alunos cheguem bastante preparados para a prova subjetiva quanto aos principais temas passíveis de cobrança na prova discursiva.

Deixarei abaixo meus contatos para quaisquer dúvidas ou sugestões. Estou à disposição dos senhores. Espero que aproveitem nosso curso.

Além disso, o aluno da monitoria terá acesso exclusivo ao Whatsapp do professor e a um planejamento / indicação de temas quentes semanais para preparação para provas discursivas de Procuradorias Municipais.

Deixo, ainda, um **Simulado Gratuito para testarmos o seu conhecimento.**

Vamos juntos?

Grande abraço,

Igor Maciel

profigormaciel@gmail.com

Convido-os a seguir minhas redes sociais. Basta clicar no ícone desejado:

@ProfIgorMaciel

PEÇA PROCESSUAL – PGM – IGARAPÉ/MG – ANO 2014 – BANCA: FUNDEP - ADAPTADA

A fiscalização tributária de Contagem/MG entendeu por bem autuar empresa estabelecida no Município, sob o fundamento de que tomou serviços de limpeza, manutenção e conservação, prestados por empresa estabelecida em São Paulo/SP.

O fundamento apresentado pela fiscalização na autuação foi de que a empresa deixou de fazer a retenção do ISSQN, em favor do Município.

A fiscalização concluiu que o sócio gerente da empresa agiu com excesso de poderes, nos termos do art. 135 do CTN, motivo pelo qual o inseriu como co-responsável na autuação. Em sede de processo tributário administrativo, o sócio, regularmente notificado, não ofereceu defesa.

A empresa autuada, por sua vez, apresentou, sem sucesso, impugnação ao lançamento. Com o fim do processo tributário administrativo, a Procuradoria do Município fez o controle de legalidade e, em seguida, inscreveu o débito em dívida ativa.

Em razão da falta de pagamento, a Procuradoria, observando o prazo prescricional, expediu Certidão de Dívida Ativa, inserindo como devedores/executados a empresa e sócio e distribuiu ação de execução fiscal.

O Juiz da Comarca de Contagem/MG recebeu a petição inicial e determinou a citação dos executados para, em 05 (cinco) dias, pagar o débito ou garantir a execução fiscal, nos termos da lei.

Após ser citado, o sócio, devidamente representado por advogado nos autos da execução fiscal, ofereceu exceção de pré-executividade e alegou, em síntese, que não tem responsabilidade tributária pelo débito.

Sucessivamente, o executado sustentou que, ainda que tivesse responsabilidade, ela seria subsidiária, motivo pelo qual a cobrança deveria recair sobre a empresa e, somente se a Fazenda não tivesse êxito, seria possível cobrar dele.

O Juiz recebeu a exceção de pré-executividade e, em nome do contraditório, abriu vista à Procuradoria.

O Procurador-Geral do Município, ao receber o processo executivo, determinou que você, na condição de Procurador, elaborasse a peça necessária à defesa dos interesses do Município de Contagem/MG.

01	
02	
03	
04	
05	
06	
07	
08	
09	
10	
11	
12	
13	
14	
15	
16	
17	
18	
19	
20	
21	
22	
23	
24	
25	
26	
27	
28	
29	
30	
31	

32	
33	
34	
35	
36	
37	
38	
39	
40	
41	
42	
43	
44	
45	
46	
47	
48	
49	
50	
51	
52	
53	
54	
55	
56	
57	
58	
59	
60	
61	
62	

63	
64	
65	
66	
67	
68	
69	
70	
71	
72	
73	
74	
75	
76	
77	
78	
79	
80	
81	
82	
83	
84	
85	
86	
87	
88	
89	
90	
91	
92	
93	

94	
95	
96	
97	
98	
99	
100	
101	
102	
103	
104	
105	
106	
107	
108	
109	
110	
111	
112	
113	
114	
115	
116	
117	
118	
119	
120	
121	
122	
123	
124	

125	
126	
127	
128	
129	
130	
131	
132	
133	
134	
135	
136	
137	
138	
139	
140	
141	
142	
143	
144	
145	
146	
147	
148	
149	
150	

QUESTÃO 01 – PGM-UBERABA/MG - ANO: 2016 - BANCA FUNDEP – DIREITO ADMINISTRATIVO

DISSERTE sobre o entendimento do Supremo Tribunal Federal sobre a incidência da Lei de Improbidade Administrativa, Lei Nº 8.429/92, em relação aos atos praticados por magistrados. O entendimento do Supremo Tribunal Federal sobre a incidência da Lei de Improbidade Administrativa, Lei Nº 8.429/92, estende-se aos prefeitos? Fundamente sua resposta.

01	
02	
03	
04	
05	
06	
07	
08	
09	
10	
11	
12	
13	
14	
15	
16	
17	
18	
19	
20	
21	
22	
23	
24	
25	
26	
27	
28	
29	
30	

QUESTÃO 02 – BANCA PRÓPRIA – PGM/RJ – 2011 – ADAPTADA – DIREITO ADMINISTRATIVO

João da Silva, portador de deficiência renal crônica, vem se submetendo, há mais de três anos, a tratamento de hemodiálise em hospital municipal. No último mês de abril, em razão da falta de energia elétrica naquela unidade de saúde pública determinada por corte efetuado pela concessionária de serviço público em razão do não pagamento das contas respectivas, ficou ele sem atendimento por mais de uma semana, tendo sido infrutíferas suas tentativas em conseguir vaga em outro hospital que prestasse o serviço especializado de que dependia.

Dada a gravidade de seu estado de saúde e às complicações advindas dos fatos narrados, os danos se tornaram irreversíveis, levando-o ao óbito.

Seguiu-se a proposição de ação indenizatória em face do Município de Contagem, por sua sobrinha e única herdeira, pedindo a reparação por dano moral que diz ter sofrido.

Conexamente, em face do Município, da concessionária e da citada herdeira, foi ajuizada ação objetivando indenização por dano material e moral por pessoa sedizente sua companheira, a qual alega que há mais de cinco anos vem se dedicando a cuidar do falecido, vivendo com ele uma relação more uxorio.

Que este era viúvo e que não tinha filhos e não convivia com sua família, razão pela qual deve ser deferida a seu favor a tutela antecipatória no que se refere à pensão devida em razão do ato ilícito praticado e, ao final, julgados procedentes seus pedidos.

a) Analise fundamentadamente, explicitando o embasamento legal, a responsabilidade do Município na hipótese;

b) Teria a concessionária alguma responsabilidade quanto aos danos alegados?

c) O dano sofrido pela sobrinha do falecido é in re ipsa?

d) Eventual reconhecimento da sociedade de fato entre o falecido e sua sedizente companheira seria suficiente para que ela pleiteasse sua pensão previdenciária? Justifique.

e) Caso provada esta relação, a companheira teria direito a antecipação de tutela?

01	
02	
03	
04	
05	
06	
07	
08	
09	
10	
11	
12	
13	
14	
15	
16	
17	
18	
19	
20	
21	
22	
23	
24	
25	
26	
27	
28	
29	
30	

QUESTÃO 03 – PGM NITERÓI – RESIDÊNCIA JURÍDICA – BANCA PRÓPRIA – 2014
DIREITO CONSTITUCIONAL - ADAOTADA

A constituição da Região Metropolitana, por lei complementar estadual, deve levar em conta as funções públicas de interesse comum.

Discuta o pacto federativo brasileiro e a autonomia dos Municípios no contexto da definição das competências metropolitanas por obra do legislador estadual.

01	
02	
03	
04	
05	
06	
07	
08	
09	
10	
11	
12	
13	
14	
15	
16	
17	
18	
19	
20	
21	
22	
23	
24	
25	
26	
27	
28	
29	
30	

QUESTÃO 04 – COMPEVE – PGM MACEIÓ – 2012 – ADAPTADA – PROCESSO CIVIL

João ajuizou, perante o juízo competente, ação de procedimento comum em face do Município de Contagem e da empresa particular concessionária do serviço de transporte público, sob a alegação de que um funcionário da empresa haveria lhe causado dano. Diante dessa situação hipotética, disserte fundamentadamente sobre:

1) Qual(is) o(s) meio(s) de defesa cabível(is) para os réus, especificando o prazo para tanto

2) Na eventualidade de os réus não apresentarem qualquer instrumento de defesa nos autos, quais os efeitos

3) É possível a denunciação da lide? Qual o seu fundamento? Em caso positivo, quais os requisitos?

01	
02	
03	
04	
05	
06	
07	
08	
09	
10	
11	
12	
13	
14	
15	
16	
17	
18	
19	
20	
21	
22	
23	
24	
25	
26	
27	
28	
29	
30	

CONSIDERAÇÕES FINAIS

E aí pessoal, tudo certo com o simulado?

Espero que vocês tenham gostado! Quaisquer dúvidas, estou às ordens nos canais do curso e nos seguintes contatos:

profigormaciel@gmail.com

@ProfIgorMaciel

Grande abraço!

Igor Maciel